

INVESTIGANDO O OBSCURO: a pesquisa acadêmica nos labirintos da violência juvenil - entre poder e reconhecimento

Janilson Pinheiro Barbosa¹

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar e discutir reflexões sobre práticas de pesquisa em torno do tema da violência juvenil. O tema foi parte de pesquisas que tinha como principal objeto de estudo as práticas educativas em ambientes de privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei. Estas práticas educativas são denominadas de socioeducação. Entende-se por socioeducação o conjunto de ações pedagógicas inter e multidisciplinares ofertadas a jovens que cometeram ato infracional e, que se encontram a disposição do estado para que respondam pelos atos praticados. O ato infracional se insere em tipos de ações de violência. O tema da violência juvenil, no universo destas pesquisas, configurou-se como tema emergente uma vez este ser recorrente nos relatos e nas experiências de vida dos jovens entrevistados. De acordo com Reguillo (2005), o tema da violência juvenil tem tomado destaque nas produções acadêmicas como necessidade de um olhar mais atento da comunidade científica a esta realidade. Pesquisar nestes entre-lugares é dipor-se a trafegar por cenários obscuros e, por vezes, perigosos. Exige do pesquisador opções e posturas para compreender a violência juvenil na sua complexidade. Buscando olhar e escutar estes sujeitos mais do que seres violentos, mas homens e mulheres com histórias e trajetórias que em muitas situações foram violentadas. Pesquisar o obscuro é possibilitar que a ciência se encontre com a realidade. Realidade esta que muitas vezes é invizível para a comunidade científica.

Palavras-chave: Pesquisa. Juventude. Violência.

1 Professor Pesquisador CAPES junto ao Programa PARFOR/UEAP e Professor da Escola de Conselhos do Instituto Federal do Amapá – IFAP. Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. E-mail: pbjanilson@gmail.com.

INVESTIGATING THE SHADY: academic research in the labyrinths of youth violence - between power and recognition

ABSTRACT

This article aims to present and discuss reflections on research practices around the theme of youth violence. The theme was part of research that had as main object of study in the educational practices of freedom of adolescents deprived environments in conflict with the law. These educational practices are called socioeducation. It is understood by socioeducation the set of interrelated educational activities and multidisciplinares offered to young people who have committed an offense and who are the state's willingness to respond by acts performed. The offense is included in types of actions of violence. The issue of youth violence in the universe of this research, was configured as an emerging theme since this applicant is in the stories and the life experiences of young people interviewed. According to Reguillo (2005), the issue of youth violence has taken prominence in academic productions as the need for a closer look of the scientific community to this reality. Search between these locations is dipor to traffic scenarios by dark and sometimes dangerous. It requires the researcher options and attitudes to understand youth violence in its complexity. Seeking **to** look and listen **to** these guys more than violent beings, but as men and women with histories and trajectories that in many situations were raped. Search the dark is possible that science meets reality. A reality which is often invisible to the scientific community.

Keywords: Research. Youth. Violence.

INVESTIGANDO LA OSCURIDAD: la investigación académica en los laberintos de la violencia juvenil - entre el poder y el reconocimiento

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar y discutir reflexiones sobre

las prácticas de investigación en torno al tema de la violencia juvenil. El tema fue parte de una investigación que tuvo como principal objeto de estudio las prácticas educativas en ambientes de privación de libertad de adolescentes en conflicto con la ley. Estas prácticas educativas se llaman socioeducación. Se entiende por socioeducación el conjunto de acciones pedagógicas inter y multidisciplinares ofrecidas a los jóvenes que han cometido un delito y se encuentran bajo la responsabilidad del Estado para que respondan por los actos practicados. El delito se incluye en tipos de acciones de violencia. El tema violencia juvenil, en el universo de estas investigaciones, se configuró como tema emergente ya que este ser recurrente en los relatos y en las experiencias de vida de los jóvenes entrevistados. De acuerdo con Reguillo (2005), el tema de la violencia juvenil ha tomado relieve en las producciones académicas como necesidad de una mirada más atenta de la comunidad científica a esta realidad. Investigar en estos entre - lugares es disponerse a transitar por escenarios oscuros y, por veces, peligrosos. Requiere del investigador opciones y posturas para comprender la violencia juvenil en su complejidad. Buscando mirar y escuchar a estos sujetos más que seres violentos, más que hombres y mujeres con historias y trayectorias que en muchas situaciones fueron violadas. Investigar la oscuridad es permitir que la ciencia se encuentre con la realidad. Realidad esta que muchas veces es invizível a la comunidad científica.

Palabras clave: Investigación. Juventud. Violencia.

INTRODUÇÃO

Adoptar el punto de vista de los oprimidos o excluidos puede servir. en la etapa del descubrimiento, para generar hipótesis o contrahipótesis. para hacer visibles campos de lo real descuidados por el conocimiento hegemónico. Pero en el momento de la justificación epistemológica conviene desplazarse entre las intersecciones, en las zonas donde las narrativas se oponen y se cruzan [...]. El objetivo final no es representar la voz de los silenciados sino entender y nombrar los lugares desde donde sus demandas o su vida cotidiana entran en conflicto con los otros. (CANCLINI, 1997).

O texto aqui presente é resultado de ações de estudos e pesquisas em torno de práticas educativas em instituições socioeducativas. A opção se deu pela medida socioeducativa de internação em instituições socioeducativas do estado do Rio Grande do Sul, Pará e, em um centro penitenciário na cidade de Barcelona Espanha². Os estudos foram realizados durante seis anos e resultaram em uma Dissertação de Mestrado intitulada “Privar e Libertar: estudo da contribuição de práticas educativas na construção de autonomia de jovens cumpridores de medidas socioeducativas de internação” e, de uma tese de doutorado³ intitulada: “Pedagogia Socioeducativa: repensado a socioeducação - um encontro entre Justiça Restaurativa e Educação Libertadora”.

As pesquisas são resultados de uma trajetória militante/acadêmica em torno da defesa e promoção de direitos da infância, principalmente das que se encontram inseridas em desumanos processos de vulnerabilidades sociais. Neste sentido é que as ações empíricas representam, também, um exercício de sistematização das experiências biográficas e acadêmicas que fundam a curiosidade epistemológica, a construção das dúvidas metódicas, as angústias e indignações assim como, a ousadia de militar por um campo tão tenso como o da luta dos direitos da infância. Sistematizar o conjunto destas experiências situa-se como exigência ética para que as experiências ao serem refletidas, criticadas e compartilhadas não sejam desperdiçadas. Intentando, ainda, que sua síntese sirva de contribuição nas lutas coletivas que buscam humanizar os processos socioeducativos no interior de centros de internação.

Conhecer a sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a sua história de classe. Aprender a reescrever a história através da sua história. Ter no agente que pesquisa uma espécie de gente que

2 Realizada durante experiência de Estágio Sanduiche na Faculdade de Pedagogia da Universidade de Barcelona durante o ano de 2012.

3 A pesquisa de doutorado foi financiada, em forma de bolsa de estudo, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão - FAPEMA e, durante estágio sanduiche pela CAPES.

serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a pesquisa participante – onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes – pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular. (BRANDÃO, 1999, p. 11).

A abordagem, aqui neste texto do tema da violência juvenil, trata-se de uma narrativa das diversas experiências em que o pesquisador pode vivenciar ao se dispor investigar em campos demarcados por cenários hostis, insalubres e, por vezes perigosos. Pesquisar no Perigo (ZALUAR, 2009), exige do pesquisador posturas de aberturas para compreender, desde, seu lugar, os diversos cenários e atores que estão envolvidos nos campos a serem investigados. Exige sensibilidades, competências e habilidades que são resultados de suas escolhas, assim como dos estoques de experiências que possui.

Sempre considerei que a aventura de conhecer outros mundos simbólicos é uma via de mão dupla da subjetividade e da objetividade. É preciso navegar em vários mares ao mesmo tempo, como Malinowski (1975) se referia ao trabalho etnográfico, real e metaforicamente, ou jogar simultaneamente em vários tabuleiros, como os gregos nos tempos trágicos (Vernant 1992). Isto também quer dizer que o pesquisador de campo é ao mesmo tempo ator, nas diversas situações de pesquisa, e autor, quando monta o projeto, quando faz perguntas, quando escreve com os fragmentos que recolheu. (ZALUAR, 2009, p.561).

Neste sentido é que, neste texto, busca-se fazer uma narrativa dos processos de pesquisa tendo jovens privados de liberdade como principais interlocutores. O tema da violência não era o assunto primário da pesquisa, que buscava compreender, em um primeiro momento, como práticas educativas em um ambiente de privação de liberdade pudessem contribuir com a emancipação desses jovens e, em um segundo momento, propor uma pedagogia que articulasse educação e justiça. A violência como tema apareceu como uma emergência nos

relatos dos interlocutores. Tema que a todo instante era relatado em forma de apologias e/ou denúncias. Obrigando que o mesmo fosse inserido como categoria de análise. Mas, não só, emergiu aí a necessidade de um olhar atento aos contextos de violência na qual os jovens, que se dispuseram a fazer parte da pesquisa, vivenciam cotidianamente, dentro e fora das instituições de privação de liberdade. Na primeira parte, o texto apresenta uma narrativa dos processos de construção e desenvolvimento da pesquisa. No segundo momento, problematiza o conceito de violência à luz de teorias específicas e, no terceiro momento menciona duas categorias que foram mais evidentes na análise dos dados, sendo elas: poder e reconhecimento.

Labirintos Empíricos

A abordagem teórica sobre o tema da violência juvenil é um exercício difícil e desafiante. Difícil por ser a violência juvenil um tema escorregadio e com complexidades que podem levar a quem se propõe entendê-la a perder-se nos meandros e emaranhados que a temática possui. Desafiante pelo risco de se cair em conclusões simplistas e equivocadas a respeito da relação entre juventude e violência. Desafiante, ainda, por exigir que o entendimento ultrapasse a abordagem meramente teórica, ampliando-se para uma práxis de proximidade com os sujeitos e realidades que deste problema social fazem parte. Trafegar pelo universo da violência juvenil na condição de pesquisador exige, primeiramente, uma postura ética que respeite as instituições e seus ritos, assim como um cuidado com as histórias, com as emoções, com os silêncios e, por vezes, com as agressividades dos jovens.

O pesquisador sempre viverá a tensão entre suas responsabilidades científicas e suas responsabilidades pessoais enquanto suas crenças, medos, desejos. Em nossa experiência a primeira dificuldade foi em atender os critérios dos comitês de ética. O impasse se deu ao fato de que sempre teríamos que ser aprovados por dois comitês: o da universidade e o das instituições que serviram

de campos de pesquisa. As instituições compreendiam que para aprovarem o projeto da pesquisa tínhamos que ter a aprovação do comitê de ética da universidade. Já a instituição de ensino entendia que para ser aprovado o projeto de pesquisa teria que ter, primeiramente, a aprovação das instituições. Impasses estes que demandam tempos, idas, vindas e cansaços. Mas que quem se propõe a pesquisar em ambientes complexos precisa estar preparado.

No meu entender, após pesquisar por 30 anos esses temas e problemas, as responsabilidades do pesquisador são ainda maiores quando os elege. Pois ele deve obedecer aos protocolos e preceitos dos códigos de ética hoje vigentes na pesquisa antropológica com populações vulneráveis no sentido de não prejudicar os sujeitos de sua pesquisa com as informações que porventura vá divulgar. Embora pesquisando no perigo e correndo riscos pessoais, o pesquisador, que não é nem pode ser confundido com um investigador policial, está eticamente impedido de oferecer informações que facilitem a prisão ou internação forçada do jovem transgressor, mesmo quando instado por agentes do estado. É o seu direito à confidencialidade com o informante. Mas suas responsabilidades científicas continuam a ser muitas: “não omitir informações relevantes” para o entendimento do que estuda e “realizar o trabalho dentro dos cânones de objetividade e rigor inerentes à prática científica.” (ABA, 1997; ZALUAR, 1997, p.11).

Utilizar o labirinto como metáfora para figurar o universo da violência juvenil, justifica-se por entender este como um espaço em que se misturam a apreensão de estar perdido e a esperança de achar a saída. Caminha-se neste espaço Tateando as paredes, pisando cuidadosamente o chão, muitas vezes enlameado e escorregadio, enfrentando as obscuridades e a solidão da caminhada. Em um caminho incerto, muitas vezes tem que se voltar atrás, refazer caminhos,

lutar contra a pulsão de desistir. É comum encontrar-se em “becos sem saídas”, ruelas escuras e perigosas.

Labirintos são, no universo desta pesquisa, os caminhos empíricos e metodológicos que tivemos que fazer ao intentar chegar mais próximo do que venha a ser a violência juvenil. O exercício de escuta dos sujeitos exigiu mais do que uma postura de entrevistas. Foi necessário caminhar nos entre-lugares onde eles e elas se encontravam. O ponto de partida se deu nas instituições socioeducativas onde a maior parte dos sujeitos estava cumprindo medidas privativas de liberdade. Arquiteturas panópticas, frias, obscuras, com ritos e dinâmicas próprias. Ao buscar compreender melhor as interfaces complexas da violência juvenil, se construiu diálogos com jovens que já se encontravam na condição de egressos do sistema socioeducativo.

Um dos jovens participantes da pesquisa expressou o seguinte; “meu, se tu quer entender o jovem infrator tu tem que ir às vilas e nos bailes de funk. Tá ligado?”. Outro jovem revelou, no CECON⁴: “aqui é o centro de convivência. Aqui tem que conviver daí tu vai saber quem é nós”. Neste momento a pesquisa tomou outro rumo. Foi necessário repensar a forma de estar com os sujeitos. Entendia-se que os mesmos solicitavam, para que se dispusessem a falar de suas experiências, não uma simples entrevista, mas o diálogo construído na confiança e convivência e na presença em seus diversos espaços. Tendo presente este alerta, construiu-se um projeto de pesquisa que pudesse servir como um mapa para direcionar as trajetórias a serem percorridas na pesquisa.

Optamos por uma pesquisa que fosse coerente com nossa biografia profissional, militante e acadêmica optando pela pesquisa qualitativa. Concordando, assim, com Chizzotti (2010), que a pesquisa qualitativa é uma designação que abriga correntes diferentes de pesquisa. Porém, ela se fundamenta em pressupostos contrários ao modelo experimental e positivista. Pesquisar em uma abordagem

4 Centro de Convivência da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul, sediado em Porto Alegre.

qualitativa pressupõe “partir do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito”. Que há uma relação de interdependência viva entre o sujeito e o objeto e, que há vinculação indissociável entre o mundo subjetivo e a subjetividade do sujeito.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos. (MINAYO et al., 1994, p. 17-18).

Neste contexto, tendo em vista a pesquisa dentro da defesa de direitos humanos, assumiu-se nesta abordagem a proposta que Towels e Zehr (2006) denominam de pesquisa transformadora. No âmbito desta pesquisa assumimos as diretrizes propostas pelos autores de que: a) a pesquisa transformadora tem por objetivo a ação social, em vez do conhecimento puro; b) reconhece que muito do conhecimento é subjetivo, construído e inter-relacional; c) reconhece a natureza complexa e limitada das nossas descobertas; d) leva em conta a dinâmica de poder existente em todas as investigações; e) respeita os sujeitos como participantes do estudo; f) define o papel do pesquisador como sendo o de um facilitador, colaborador e aprendiz, em vez de um especialista neutro; g) valoriza tanto o processo quanto o resultado; h) reconhece as realidades do outro e o pesquisador está aberto à possibilidade de ser pessoalmente afetado por essa interação; i) está ciente dos danos em potencial e das consequências não previstas para os sujeitos e demais participantes; j) busca alcançar equilíbrio adequado entre a subjetividade e a objetividade, evitando cooptação por financiadores, clientes, colegas ou sujeitos.

Dentro destas escolhas metodológicas é importante

reafirmar a máxima de Santos (2002) de que “quem pesquisa se pesquisa”. Neste sentido foi importante nos caminhos e descaminhos da pesquisa estar atento a biografia e o conjunto de experiências vividas e que se relacionam com as temáticas abordadas. Assim, inseriu-se na abordagem metodológica o exercício de sistematização de experiências.

O que queremos dizer por “experiências”? As experiências são processos individuais e coletivos. São sempre processos sócio-históricos, dinâmicos e complexos. As experiências não são simplesmente ações, fatos pontuais, mas elas têm uma consistência de dinamismo e de complexidade. As experiências estão sempre em movimento e em toda experiência intervêm muitos elementos. Por exemplo: as condições do contexto; qualquer experiência se faz sempre em determinadas condições do contexto econômico, social e político local, nacional ou mundial. Ou situações particulares; nenhuma experiência está fora de uma determinada situação, que pode ser uma situação geográfica ou institucional, ou mesmo pessoal; sempre há, fora das condições de contextos, uma situação particular na qual se desenvolve uma experiência. (JARA, 2006, p. 228).

As características da sistematização de experiências, segundo Jara (2006), é a reconstrução – recuperação histórica da experiência e, a compreensão e interpretação da experiência, reflexão sobre as causas e as questões de fundo para que os processos se deem desta maneira. Importante, nesta segunda característica é a interpretação das “contradições, as continuidades e as discontinuidades, as coerências e as incoerências” (JARA, 2006, p. 230). Estes processos inserem-se no esforço de teorização da prática. Neste processo se faz necessária a construção de perguntas interpretativas que possam auxiliar na construção de categorias de interpretação teórica que atinjam os objetivos da sistematização de experiências⁵.

5 Objetivos que, segundo Jara (2006, p.234), são: compreender mais profundamente a experiência com fim de melhorar a prática; compartilhar com outras práticas semelhantes os ensinamentos adquiridos, dando conta da aprendizagem e do porque desta aprendizagem; enriquecer a reflexão teórica a partir dos conhecimentos que surgem das práticas concretas. Ainda, segundo o autor, o exercício metodológico da sistematização de experiência exige condições por parte de quem pretende assumir este fazer metodológico. Condições que

A opção por estas abordagens metodológicas exigiu a construção de roteiros e instrumentos de pesquisa que possibilitassem o que Guiso (1999) denomina de reflexividade e construção da experiência humana. Assumindo-se, assim, epistemologia da prática, baseando-se na observação e na análise dos problemas presentes no corpo teórico. A sistematização, neste enfoque, vincula-se à resolução de problemas permitindo fazer frente aos novos desafios. Ela recupera o saber tácito implícito nas pautas de ação e na percepção do problema que se buscou enfrentar, reconhecendo e valorizando os saberes e os juízos que estavam invisibilizados. “Em neste tipo de procesos se descubre que al recuperar y reflexionarla experiencia, el sujeto se reconoce observando, habalando y atuando y esto Le permite el deslinde de la experiencia de su lógica de explicación, em el acto de comprendela e explicarla” (GUIISO, 1999, p. 9).

Violência como conceito

Reflexões acerca da temática violência são múltiplas e, por vezes antagônicas. Compreender o tema desses movimentos de pesquisa acadêmica supõe um cuidado sobre o próprio limite da ciência na formulação de verdades acerca de conceitos, principalmente quando estes conceitos estão carregados de sentidos e significações sociais. Neste horizonte levamos em conta a pergunta cuidadosa de Debarbieux (2002), “será que os cientistas, falando sobre violência, não estariam contribuindo para sua existência”?

Em suma, o vocabulário científico não “descobre” o que é verdade; ele é construído e, ao construir-se ele constrói novos paradigmas. Em outras palavras, é um erro fundamental, idealista e anti-histórico acreditar que definir violência ou qualquer outra palavra – consista em aproximar o mais possível de um conceito absoluto da violência, de uma ideia de violência que permita um encaixe preciso entre a palavra e a coisa (DEBARBIEUX, 2002).

são disposição e interesse em aprender; sensibilidade para deixar falar a experiência e, habilidade para fazer análises e sínteses.

As considerações de Debarbieux nos serviu como alerta, principalmente, porque quando tratamos do tema da violência, estamos tratando de compreendê-la a partir de ações de pessoas socialmente situadas. É útil, ainda, pela compreensão adquirida na práxis da pesquisa, de que uma pesquisa não tem como dar conta da universalidade de um conceito que ao mesmo tempo é um problema social. Explicitar nossas escolhas teóricas acerca do tema da violência reflete nossos pontos de vista, desde os lugares que ocupamos buscando construir novas chaves de leitura sobre o tema.

Para Zappe e Dias (2010), os estudos acerca da violência juvenil devem ser desenvolvidos a partir de três níveis de conceitualização. Nível estrutural, onde são incorporadas as condições sociais, enfatizando as influências da organização social na constituição do sujeito que comete crimes ou infrações. O nível de conceitualização sociopsicológico refere-se às instituições de controle social (Família, Escola...), além de aspectos como a autoestima e a influência de grupos e pares. Neste nível de conceitualização a violência juvenil é resultado de problemas na vinculação social dos jovens com as instituições sociais. O terceiro nível de conceitualização, segundo as autoras, é o nível individual, onde são incluídos os aspectos biológicos, privilegiando os mecanismos internos do indivíduo como determinantes para a delinquência.

As reflexões destes autores, juntamente com os diálogos tecidos com os sujeitos nos levaram a compreender que para se fazer a abordagem da violência juvenil se faz necessário olhar para várias dimensões, buscando entender como elas se articulam. Analisar a sociedade, as instituições e o próprio indivíduo. E, ainda assim, não chegaremos a uma abordagem global do fenômeno. Mas, teremos chaves de compreensão mais amplas do que se fôssemos somente em um só nível de conceitualização.

Juris (2005) ao investigar a relação entre política e violência, tendo presente o contexto de manifestações antiglobalização em Gênova, desenvolveu o conceito de Violência Performativa, que é, segundo o autor, uma forma de interação social significativa mediante a qual os

atores constroem realidade social baseando-se nos modelos culturais disponíveis. Na violência performativa há a representação de rituais simbólicos de interação violenta onde a ênfase está na comunicação e na expressão cultural. Schroder e Schmidt (2010 apud JURIS, 2005), salienta que no contexto de ação política, a violência performativa pode ser um modo de comunicação através do qual os ativistas buscam efetivar a transformação social mediante uma confrontação simbólica baseada na “representação de relações de antagonismo e na execução de imagens protóticas de violência”. Assim, em diferentes lugares existem expressões da violência e, nestas expressões um forte protagonismo da juventude.

Para Wierviorka (2004) a violência não é a mesma de um período a outro, pois “mudanças tão profundas estão em jogo que é legítimo acentuar as inflexões e as rupturas da violência, mais do que as continuidades, que por isso se deve para tanto subestimar”. Para o autor, o momento contemporâneo representa um novo paradigma da violência. Ao comparar com outros momentos históricos, é importante que compreendamos que a violência renovou-se, de forma profunda, em seus significados e expressões. Neste sentido, ao se fazer o estudo da violência é preciso ter em conta seu aspecto empírico/racional, o número de crimes cometidos em uma sociedade (crimes de guerra, narcotráfico, crimes letais, etc.) e seu peso subjetivo - forma como a violência é vivida e representada de forma distinta por indivíduos, grupos e sociedades.

Se a violência parece hoje tão ameaçadora ou dramática, não é o fato pela multiplicação dos anti-atores, protagonistas externos a qualquer sistema de ação, ou de uma violência exclusivamente vinculada à lógica da força e do poder, sem debate nem relação possível com eles bem como não é também em virtude das carências no que concerne aos procedimentos e processos que permitem o funcionamento do conflito, a relação; não é ainda porque os sistemas que funcionaram desde o fim da II Guerra Mundial, sociais ou internacionais, fazem mais do que se transformar eles se desfazem a ponto de a noção de crise ser tão frágil para dar conta de sua desestruturação? Não é também porque pessoas e grupos se percebem como negados, impossibilitados

de manifestarem sua própria subjetividade, arrebatados ou destruídos pelo desprezo de outras pessoas e grupos melhor situados e que recusam reconhecê-los como sujeitos? (WIEVIORKA, 1997, p. 13).

Para Philippe Bourgois (2005), na abordagem empírico-acadêmica do tema da violência se faz necessária uma limpeza teórico-empírica por parte de quem se encoraja em fazer este tipo de estudo, uma vez que as pré-concepções podem obscurecer o caráter multifacetado da violência. O autor tendo presente sua investigação, sobre os conflitos em El Salvador, destaca quatro tipos de violências: a) política, b) estrutural, c) simbólica e d) cotidiana. A violência política, para ele, é a violência administrada diretamente e a propósito de uma ideologia, movimento ou estado político. A violência estrutural se refere a organização econômica-política da sociedade que impõem condições de sofrimento físico ou emocional em altos índices de mortalidade, pobreza e condições de trabalho abusivas e precárias. A raiz da violência estrutural está no respeito ao nível macro e na manutenção de estruturas desiguais do comércio internacional, com expressão local em trabalhos exploradores e monopolização dos serviços.

Este término fue acunado em los círculos académicos por El fundador Del campo de los estudios de Paz e Conflictos, Johan Galtung (1969), para enfatizar um compromisso social-demócrata com los Derechos Humanos y contrarrestar la histeria anticomunista propagada por el capitalismo de estilo estadounidense durante la Guerra Fria, que tuvo como resultado la represión política de la disidencia popular em todo El mundo industrializado . El concepto de violencia estructural tiene tambien sus raíces em los movimientos de resistencia anticoloniales (Fanon, 1963), y la defensa de la teología de la liberación católica de una “opción preferencial por los pobres” (Cámara 1871; CELAM, 1973; Martin-Baró 1994). Recientemente, el concepto há sido usado por antropólogos médicos a fin de enfatizar las formas em que las desigualdades económicas extremas causan enfermedades y sufrimiento social. (BOURGOIS, 2005, p. 13).

O conceito de violência cotidiana, segundo Bourgois (2005) é desenvolvido por Nancy Sheper-Hughes (2005), desenvolvendo uma abordagem de tipo fenomenológico sobre o que chama de “crimes em épocas de paz”, “pequenas guerras” ou “genocídio invisíveis” que afetam as camadas mais pobres da população em todo o mundo. Neste sentido há uma mescla da violência cotidiana com a violência estrutural e institucional.

Creo que es más útil limitar la noción a las prácticas y expresiones de agresión interpersonal rutinarias que sirven para normalizar la violencia a un nivel micro, como pueden ser el conflicto doméstico, delictivo y sexual, e incluso el abuso de sustancias alucinógenas. La importancia analítica del término está en impedir que se expliquen confrontaciones que se producen en el nivel individual con interpretaciones de corte psicológico o individualista que culpen a las víctimas. Mi definición más restringida está también diseñada para analizar cómo la violencia puede crecer y cristalizar en una “cultura del terror” - invocando Taussig (1987) -, en otras palabras, en un sentido común que normaliza la violencia tanto en la esfera pública como la privada. (BOURGOIS, 2005, p. 13).

As experiências de estar com jovens considerados violentos, nos fez perceber que em maior ou menor grau existem cruzamentos destes quatro tipos de violências. Ao levar em conta aspectos como classe social, contexto familiar, escolarização, acesso aos serviços sociais básicos, situações de moradia estes cruzamentos vão se evidenciando. Há uma questão importante que no estudo nos exigiu atenção: relaciona-se à produção social da violência. Como as representações e as identidades de sujeitos considerados violentos são produzidas e reproduzidas? Como nos lembra Cano (2009), a maioria dos estudos empíricos revelam um conceito estático do mundo social sem tomar conta a ação discursiva e o dinamismos coletivo.

Partiendo de la noción de que la realidad se construye socialmente, hay que interpretar la violencia como construcciones sociales y no como fenómenos

objetivamente existentes. Em la mayoría de lós estúdios empíricos se presupone um consenso tanto em cuanto la existencia objetiva y a la definición de la violencia y delincuencia como em cuanto a su valoración (negativa) por la sociedad. De esse modo se eluden preguntas difíciles pero claves: que es exactamente como amenaza, de qué manera y por qué se perciben esas amenazas? (CANO, 2009, p. 131-132).

Percebemos, assim, que este potencial da sociedade de produzir a violência, em se tratando de ações praticadas por jovens que há certa ampliação do sentido de determinadas ações e grupos de pessoas. Há uma midiaticização da violência e rotulação de lugares considerados violentos. São dois processos que de certa forma se complementam: a violência como espetáculo e o etiquetamento social (*Labeling Approach*). Processos esses que, a partir de uma exacerbação midiática, produzem identidades e reconhecimentos negativos de grupos sociais.

Pero desde que lós periodicos brasilenos insistieron em publicar noticias sobre la peligrosidad y violencia, de lós habitantes de las favelas (sobre todo los hombres y jovenes negro y pobres), uma amenaza que hizo que se considerara la actividad de lós esquadrones de la muerte como uma defensa necesaria contra la anarquia, mi de cuenta de que las intervenciones de lós antropólogos eran necesarias para corregir las medias verdades amnipuladoras (y explotadoras) que emergian de lós médios de comunicación. Apesar de la constante autocrítica em la que se encuentra inmersa la antropologia, el mayor peligro residia em dejar el analisis de la violencia a los periodistas. Com reminiscencias del texto de Lévi-Strauss (1963) sobre Quasalidad, el chamán estadounidense nuestras verdades antropológicas pueden ser falsas (o al menos parciales), pero son, sín duda alguna, menos falsas que la de los medios de comunicación. (SHEPER-HUGUES, 2005, p. 62).

Os jovens que vivem mais de perto envolvidos em situação de violência, geralmente são pessoas que se encontram situadas em

ambientes sociais politicamente violentados. Dificilmente conseguem acessar os serviços e as políticas públicas. São sujeitos que desde cedo já convivem em uma cultura violenta e, onde a morte por crimes se faz presente em suas casas e entorno, sendo muitas vezes criminalizados por esta condição de pobreza.

A ilusão do poder e a necessidade de reconhecimento

O exercício de revisão bibliográfica feito para esta pesquisa nos levou a perceber que muitos dos autores relacionam diretamente a violência produzida por jovens com a busca dos mesmos por alguma forma de poder. Ou seja, a violência juvenil seria uma forma de empoderamento, mesmo que inaceitável socialmente, que visa responder necessidades de reconhecimento e de certa estima destes sujeitos. Compreendemos que de certa forma pode haver esta relação, mas optamos em por esta relação violência-poder em suspeição, uma vez que nos perguntamos se não seria esse um falso poder? Ou ainda, é realmente poder que estes jovens querem? Que poder é este?

Nesse exercício de compreensão fizemos a opção teórica pela abordagem filosófica e política tecida por Hannah Arendt sobre o conceito de violência. Apoiamo-nos, inicialmente, nesta abordagem por entendermos a coerência reflexiva e a limpeza teórica que faz a autora acerca de temas como poder, vigor, força, autoridade, conceitos muitas vezes relacionados como características ou produtos da violência. Esta abordagem filosófica inicial nos auxiliou como fundamento para a construção teórica servindo como ponto de partida para as reflexões sociológicas, políticas e pedagógicas que aqui desenvolvemos.

É na sua reflexão sobre a violência em que Hannah Arendt formula mais explicitamente e com maior densidade sua teoria sobre o tema. No conjunto de sua obra há uma transversalidade teórica sobre a questão, principalmente quando se debruça sobre o tema do totalitarismo tendo como pano de fundo o nazismo. Mas, para compreendermos mais claramente como a filósofa constrói esta reflexão, precisamos dar uma

atenção à obra *A Condição Humana*.

A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a vida activa consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas, constantemente, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos. Além das condições nas quais a vida é dada ao homem na Terra e, até certo ponto, a partir delas, os homens constantemente criam as suas próprias condições que, a despeito da sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais. O que quer que toque a vida humana ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição humana. (ARENDDT, 2000, p. 17).

Neste sentido é que para Arendt violência e poder não são a mesma coisa. Ou melhor, a violência não pode produzir o poder. Para a autora a mais óbvia distinção entre poder e violência é que o poder tem a necessidade de números, enquanto que a violência pode passar por cima destes números baseando-se em seus instrumentos.

A violência, é necessário lembrar, não depende de números ou de opiniões, mas sim de formas de implementação, e as formas de implementação da violência, conforme mencionei mais acima, como todos os demais instrumentos, aumentam e multiplicam a força humana. Aqueles que se opõem à violência com o mero poder, cedo descobrirão que se confrontam não com homens, mas sim por artefatos fabricados pelo homem, cuja desumanidade e força de destruição aumentam em proporção à distância a separar os inimigos. A violência sempre é dado destruir o poder; do cano de uma arma desponta o domínio mais eficaz, que resulta na mais perfeita e imediata obediência. O que jamais poderá florescer da violência é o poder. (ARENDDT, 2001, p. 33).

Em se tratando dos sujeitos principais de nosso estudo, no caso jovens autores de ações de violência, como fazer essa desarticulação entre violência e poder? Somos conscientes de que um jovem de periferia, que não tem acesso aos mínimos recursos de sobrevivência, que não tem a presença do pai, que tem uma família com históricos de violência, ou seja, um rapaz ou uma moça que nunca se sentiu alguém, no momento em que passa a fazer parte de um grupo que pratica infrações e crimes tem certo reconhecimento por seus pares.

A violência produzida e/ou reproduzida por pessoas jovens possui características próprias dependendo do contexto onde é desenvolvida. Somos conscientes de que a violência não promove causas (ARENDDT, 2001). Já afirmamos, ela não é uma expressão da vida ativa conforme estamos abordando nesta perspectiva teórica. Mas, somos conscientes de que por trás das ações violentas organizadas por jovens se encontram situações, contraditoriamente, situações políticas. Situações de ações de poder que esvaziam o sentido mesmo do poder enquanto ação política.

Estar armado seria, então, o equivalente à autoexpressão. Um recurso para que o adolescente se sinta respeitado e admirado e não mais humilhado. “Eu quero interferir, mas não sou capaz”, refere o rap de Jigaboo, que tem como estribilho: “carência e miséria, do calibre ao poder”. Desde esta perspectiva, se faz uso da arma não apenas por uma questão de segurança, mas como instrumento de afirmação pessoal.

Entretanto, se considerarmos que a violência é subproduto do decréscimo do poder enquanto reconhecimento recíproco, aquilo que surge do cano de uma arma apontada contra o semelhante não é poder, mas sua negação. Neste caso, serve muito mais como dispositivo de confiança exibicionista. Da mesma forma que as elites ostentam o carro do ano, o último modelo de celular ou a mais nova geração de computadores, nos subúrbios, a categorização na criminalidade se dá, em grande parte, pela qualidade e quantidade de armamento. (OLIVEIRA, 2001, p. 111).

Soares, Athayde e Bill (2005) ao falar de adolescência refere-se a esta como sendo processo de “identidades em obras”, momento complexo já reconhecido pela psicologia do desenvolvimento. Quando se trata do jovem pobre o problema aumenta quando este não dispõe das condições materiais e sociais que possam garantir o seu reconhecimento como pessoa, diga-se pessoa no conceito midiático de uma sociedade de consumo, mas que, com cada vez mais força, pauta os corpos e as relações destes com o mundo.

O medo do não reconhecimento e de tornar-se um invisível social se apresenta no jovem das camadas mais pobres quando estes não se reconhecem ou não se enxergam refletidos na “razão do espelho” do marketing mercadológico que dita quem é pessoa através do produto que está sendo vendido. Esta imagem é propagada pelos meios de comunicação de massa, através das novelas, filmes e dos programas voltados para a camada jovem.

A busca pelo reconhecimento se confunde entre a perspectiva do que se é e do que se tem. O jovem nesta tensão se coloca perdido, pois em não tendo os meios para adquirir as metas do padrão de consumo sente-se frustrado na sua própria constituição de ser humano participante da sociedade. Porém, se há uma negação de reconhecimento enquanto pessoa, sujeito e cidadão, há um processo de reconhecimento cruel.

As representações que os jovens das zonas periféricas, geralmente, possuem do Estado se dão através das instituições de repressão como a polícia. Sentindo-se criminalizados por sua condição de pobreza negam ser pertencentes de um Estado que cerceia seus direitos. A filiação ocorre nos grupos juvenis como gangues, os bondes e o narcotráfico. A violência passa a ser a marca (DIÓGENES, 1998), com a qual se movimentam nos subterrâneos e submundos de onde saem armados, encapuzados reclamando vingança. Mobilizam-se em dois mundos: o “oficial” ao qual por se sentirem rejeitados o rejeitam e, o submundo do crime onde se sentem “alguém”.

É assim que a cartografia vai assumindo “novas dualidades” entre um mundo oficial, visível, compartilhados por todos e outro como percebe Velho (idem, ibidem), relativamente subterrâneo. A mobilidade entre os dois “mundos” não apenas aponta para um inusitado mapeamento da cidade, como também indica a formação de campos relativamente diferenciados nas práticas de sociabilidade e produção de valores culturais. A insistência no termo relativamente vem para ressaltar a visão de que, embora as sociedades complexas produzam espaços diferenciados, o limite entre eles é quase sempre tênue e móvel. Desse modo, observa-se que “os limites entre normas, conformismo, transgressão são (também) constantemente colocados em xeque.” (DIÓGENES, 1998, p. 165-166).

Nossos movimentos de pesquisa nos levaram a considerar que as justificativas dadas pelos jovens envolvidos em crimes e infrações se articulam entre uma confusa busca de poder e uma exacerbada busca de reconhecimento (OLIVEIRA, 2001). Ratificamos nossa convicção de que estes atos não lhes conferem poder, pelo menos da forma que neste estudo buscamos explicitar. A análise dos dados nos remeteu a compreender que a luta por reconhecimento destes jovens encontra-se fortemente associada a um desejo de consumismo. Para eles e elas consumir as marcas propagandeadas lhes permite vivenciar, mesmo que aparentemente, um padrão de vida modelado em uma juventude bonita, moderna e inserida.

No livro, *La Virgen de los Sicários*, do escritor Fernando Vallejo (2002), que deu origem ao filme com mesmo título, em um dos diálogos entre o escritor e o jovem sicário o escritor pediu que o jovem escrevesse em um pedaço de papel: “o que você espera da vida? Ao que o jovem escreveu “con su letra arrevesada y mi bolígrafo escribó: Que quería unos tenis marca Reebok y unos jeans Paco Ravanne. Camisas Ocean Pacific y ropa interior Kelvin Klein. Una moto Honda, un jeep Mazda, un equipo de sonido laser y una nevera para la mamá”.

Nesta mesma direção quando realizamos a pesquisa no Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino do Rio Grande do

Sul – CSEF -, ao solicitar para as quatro jovens que participavam de uma entrevista de grupo uma denominação com a qual poderíamos identificá-las nas transcrições e relatórios de pesquisa, elas pediram: identifica-nos com marcas de roupas, ao que foram se decidindo: “eu sou *Adidas*, eu *Mizzuno*, eu *Nike*, eu *Puma*”. Ficamos surpresos e perguntamos o porquê elas queriam ser identificadas com marcas:

Primeiro porque é bonito. Todo mundo que ter alguma coisa destas marcas. Tu não vês um monte de neguinho que compra até tênis pirata só para parecer que usa Nike. Depois quando os técnicos lerem as coisas que tu vai escrever eles não conseguiram saber que foi agente que falou, pois qualquer uma aqui gostaria de ser uma dessas marcas. (*Adidas*. Informação verbal).

A partir deste depoimento podemos verificar que o desejo de possuir produtos destas marcas esconde o desejo de ser aquilo que as mesmas representam. Paradoxalmente, ao buscarem ser diferentes com o uso destes produtos, buscam ser iguais aos jovens que fazem parte do universo social que possibilite com mais facilidade adquiri-los. Compreendemos que a busca pelo reconhecimento dos jovens e, em grande parte, dos que vivem no universo de violência juvenil, se dá pelo viés do consumo. Neste contexto ter direito significa ter crédito e poder de compra. Consumo tornou-se padrão de cidadania. Para muitos jovens a prática ilícita de furto ou roubo é considerada como encurtamento de aquisição destas marcas e seus significantes.

Quando temos um exacerbado desejo de reconhecimento, há mais chances de que a resolução deste sentimento de inferioridade se dê através do delito, como uma estratégia de acesso ao interdito socialmente. Afinal, porque postergar o gozo em nome de uma promessa que acabará não sendo cumprida? Ao contrário, trata-se de antecipar e tornar menos lento e penoso o hiato que a moratória social instaura para o ingresso do adolescente na vida adulta. Com tais argumentos, retorno a definição anteriormente proposta para acrescentar que o delinquente juvenil é um adolescente desalojado

que busca de forma exacerbada um atalho de reconhecimento. (OLIVEIRA, 2001, p. 63).

Como diz na canção de Chico Buarque: “quero lançar um grito desumano que é uma maneira de ser escutado”, consideramos que a relação juventude e violência comportam dimensões existenciais mais profundas. Mais do que parecer “ser gente”, querem estes jovens ser reconhecidos e aceitos como pessoas. A descrição abaixo nos faz entender um pouco esta relação. Trata-se de trecho de uma Degravação de Audiência analisada como documento na pesquisa.

Juíz: Esse dinheiro não é só para andar bonito, viu G? Não é para comprar roupas de marca, para nada disso. Esse dinheiro é para ter uma nova vida. Não é para ter uma vida que não pode ter depois. Parece às vezes que vocês não conseguem entender, acham que com o dinheiro dá para fazer quinhentas mil prestações para comprar tênis Nike, não sei mais o que, que depois vocês não conseguem pagar. Se o estágio termina (inaudível) como é que fica?

Adolescente: entendo seu juiz. Eu quero ajudar minha mãe com este dinheiro. Só que as pessoas precisam entender que quando os manos querem usar roupa de marca não é só para ficar bonito. É que se tu não tem destas roupas ninguém te ver como gente não. Parece que tu é de outro mundo. Mas eu já aprendi a lição, pode ficar tranqüilo. (Termo de Degravação de Audiência Juizado da Infância e Juventude Porto Alegre).

Neste sentido é que compreendemos que a dimensão do reconhecimento precisa ser mais aprofundada. Buscamos este aprofundamento voltando ao nosso referencial teórico tentando destacar como o estudo acerca do reconhecimento como dimensão humana fora construído, relacionando com nosso campo de estudo. Queremos, assim, aprofundar a relação reconhecimento e violência juvenil não simplificando a busca de reconhecimento apenas como desejo de consumo.

A teoria do reconhecimento é construída a partir do

conceito de eticidade de Hegel, que segundo Mattos (2006), permeia intersubjetivamente todas as relações. Esta concepção recupera o sentido político da filosofia de Aristóteles que compreende a intersubjetividade na vida pública como central na condição humana. Segundo Hegel (apud MATTOS, 2006) toma a ideia de Aristóteles de que “o povo é anterior ao indivíduo; pois se o indivíduo não é nada autônomo isoladamente então ele tem de estar com uma unidade como um todo”.

Autores que estudaram o tema posteriormente consideram que não há em Hegel qualquer alusão à possibilidade dos cidadãos se reunirem para deliberarem em conjunto acerca de como deveriam ser qualificadas as finalidades coletivas, ou seja, de opinar a respeito da estrutura institucionalizada dos espaços de liberdade. Não há, portanto, no esquema hegeliano, uma concepção de Estado baseada na formação da vontade democrática. Ao contrário, a relação dos sujeitos entre si passa a ser subordinada em nome da relação destes com o Estado, concebido como corporificação do espírito. Eticidade passa, então, a ser o produto do desenvolvimento monológico do espírito (Estado) sem referência a formas desenvolvidas de intersubjetividade (MATTOS, 2006).

Consideram que o filósofo alemão não discutiu a relação do Estado com os cidadãos, mas somente a relação destes para com o Estado. Ele absolutiza o papel do Estado, como sendo a instância máxima de um espírito absoluto na qual a vontade geral é suprasumida. É partindo destes limites que a filosofia do reconhecimento desenvolvida por Hegel é posteriormente revisada por outros pensadores. Ao buscarmos compreender esta teoria no âmbito do tema da violência juvenil optamos em fundamentar a partir das reflexões de Nancy Fraser e Axel Honneth.

Nancy Fraser formula sua filosofia do reconhecimento fazendo, inicialmente, a distinção entre dois tipos de injustiça: socioeconômica e cultural/simbólica. A injustiça socioeconômica assenta-se na estrutura política-econômica, caracterizada pela exploração do trabalho, pela marginalização econômica e pela privação. A injustiça cultural ou simbólica assenta-se em padrões

sociais de representação associadas a práticas de não-reconhecimento, provocando invisibilidade, desrespeito e estigmatização cultural de grupos discriminados.

Longe de ocuparem esferas separadas, injustiça econômica e injustiça cultural normalmente estão imbricadas, dialeticamente, reforçando-se mutuamente. Normas culturais enviesadas de forma injusta contra alguns são institucionalizadas no Estado e na economia, enquanto as desvantagens econômicas impedem participação igual na fabricação da cultura em esferas públicas e no cotidiano. O resultado é frequentemente um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica. (FRASER, 2001, p. 251).

Neste horizonte, Fraser parte da tese de que existem dois tipos de reivindicação por justiça, sendo: a) redistribuição mais justa dos recursos e das riquezas, a justa distribuição de renda; b) o reconhecimento da diferença, caracterizada pela luta de classes ou redistribuição e luta de reconhecimento ou identidade. Parte desta concepção a sua formulação dos dois paradigmas que compõem a política do reconhecimento: paradigma da redistribuição e paradigma do reconhecimento.

No paradigma da redistribuição, segundo Fraser, a injustiça é vista como sendo parte da estrutura econômica da sociedade. Os injustiçados seriam as classes definidas economicamente, assim como as coletividades étnicas e os migrantes. As diferenças são vistas como socialmente construídas e não intrínsecas, sendo a luta política como instrumento para abolir e não reconhecer estas diferenças. A redistribuição de renda, de patrimônio, acesso econômico e divisão do trabalho o remédio para superação desta realidade. No paradigma do reconhecimento, Fraser reconhece a injustiça como sendo parte dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Neste sentido, requer mudanças culturais ou simbólicas onde as identidades e os produtos culturais possam ser reavaliados, onde sejam questionados os padrões dominantes possibilitando a valorização de grupos discriminados.

Para a autora, no entanto, a construção de uma polarização em torno desses paradigmas é uma falsa antítese, porquanto em sua concepção a injustiça é vista como um espectro, cujos extremos seriam formados por esses dois tipos ideais; no cotidiano, no entanto, a injustiça assumiria formas mistas em que, em graus diversos, se mesclariam má distribuição e reconhecimento errôneo ou negado. Face a essa constatação, Fraser defende a tese de que a justiça exige tanto a redistribuição como o reconhecimento; sua proposta é encontrar um conceito de justiça capaz de integrar as duas dimensões, preservando clareza sobre a relativa independência de cada uma. Assim seria possível englobar conceitualmente não só as situações de injustiça localizadas nos extremos do espectro, que são relativamente fáceis de diagnosticar, porém infrequentes, senão também aquelas que mesclam em proporções distintas das duas dimensões. (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008, p.395).

A partir desta integração das dimensões de redistribuição e reconhecimento em sua visão de justiça, Fraser elaborou o conceito de paridade participativa⁶, partindo da suposição de que a justiça exige acordos sociais que permitam que com membros da sociedade interatuem em pé de igualdade. Para ela, as condições de participação são objetivas e subjetivas. A condição objetiva refere-se aos recursos naturais que garantam a independência da voz. A condição subjetiva refere-se aos padrões culturais institucionalizados que garantam oportunidades iguais ao alcance da autoestima social.

Por sua vez, Axel Honneth concorda com Habermas, segundo Nobre (2003), quanto à necessidade de construção de uma teoria crítica em bases intersubjetivas e com componente universalistas, mas defende a ideia de que o conflito é a base da interação e que a luta

6 Para Nancy Fraser o reconhecimento errôneo é uma violação da justiça, pois impede a participação nas decisões da vida social. A crítica que faz a Axel Honneth é por entender que este reduz o reconhecimento a uma questão de realização pessoal. Pensa que reconhecimento é uma questão de justiça, uma questão de status social. Coloca, assim, no centro das relações sociais as lutas por reivindicações por reconhecimento. Sendo, neste horizonte, reivindicações justificadas aquelas que se voltam contra normas atuais que negam as condições objetivas ou subjetivas da paridade participativa. Paridade esta, que segundo ela, só se realiza com reformas de afirmação, minimizando os resultados da injustiça institucionalizada e, reforma de transformação, trabalhando na superação das causas de injustiça.

por reconhecimento compõe-se de uma gramática moral. Neste sentido é que em sua obra *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* retoma a Hegel em seus conceitos de reconhecimento, intersubjetividade e conflito. Reconhece como sendo positiva a pretensão hegeliana em unir princípios universalistas com aspectos de singularidade do indivíduo, realizando distinções importantes em diversos estágios de formação da consciência individual. Porém, salienta que Hegel perdeu de vista a ideia de uma intersubjetividade prévia do ser humano em geral, obstruindo seu pensamento, não distinguindo graus necessários de autonomia pessoal no que tange a intersubjetividade.

A teoria do reconhecimento em Axel Honneth parte da ideia de que os conflitos sociais são lutas por reconhecimento. Para ele, o conflito é uma luta moral e está intrínseca na formação da intersubjetividade, assim como na formação dos sujeitos. Não se trata só de uma questão de sobrevivência, “são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades” (HONNETH, 2003, p. 156). Ao sintetizar Hegel e Mead, chega aos três estágios⁷: amor, jurídico e solidariedade. Para cada um destes estágios Honneth descreve um ganho, assim como uma forma de desrespeito e sua consequência.

7 No primeiro estágio são necessárias as ligações amorosas fortes; no segundo a igualdade universal dos direitos, que possibilita consciência de respeito de si e dos outros. Situações de maus-tratos e violações ferem o fruto do amor que, segundo ele, é o autorespeito. O segundo estágio refere-se ao sistema de direitos, onde o sujeito apreende as noções jurídicas importantes para o desenvolvimento de autonomia pessoal. Para Honneth o sistema jurídico deve combater as exceções por privilégio por conta de status. O direito deve ser geral e deve levar em conta todos os interessados. Os sujeitos de direitos precisam ter condições de exercer sua autonomia para poderem decidir racionalmente não só por questões morais, mas por vida digna. Para ele a luta por reconhecimento precisa ser vista como pressão permanente para garantir novas ordenações para a formação pública da vontade. Segundo ele “Para poderem chegar a uma autorealização infrangível, os sujeitos humanos precisam, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (HONNETH, 2003, p. 198). O terceiro estágio de reconhecimento defendido por Honneth é caracterizado pela comunidade de valores ou solidariedade. A forma de desrespeito neste estágio se dá pela degradação moral e pela injúria, situações estas que ferem o principal ganho deste estágio, a autoestima. Este estágio corresponde a diversas formas práticas de autorealização valorativa.

Para Honneth a simetria entre as aspirações individuais e as aspirações coletivas na luta por reconhecimento pressupõe a ideia de autorelacionamento. As situações de desrespeito enfraquecem a autoimagem que o sujeito tem de si mesmo. Por contrário as situações de reconhecimento garantem aumento positivo nesta percepção. O desrespeito e o não reconhecimento são situações de injustiça. Porém, para Honneth (2003), o sentimento de injustiça dá conta de apontar o problema, mas não dá conta de suas soluções. Para tanto, é que em seu pensamento, os indivíduos injustiçados precisam articular-se de forma política em um movimento social para que este sentimento de injustiça individual possa ter relevância política. Para ele o coletivo é que dá sentido ao isolamento. Por isso, a luta por reconhecimento não se concretiza sem a inserção social.

Considerações finais

Pesquisar no obscuro não se conclui. Chega-se a lugares desafiados a pensar saídas, a pensar sentidos. Por onde? Como? Nos primeiros diálogos com os jovens, no âmbito da pesquisa que aqui se encerra, fomos provocados por um deles de que a realidade é mais complexa, é mais densa. Disse-nos ele: “estas pesquisas, tá ligado! Os caras vem aqui e fazem umas perguntinhas e daí acham que conhecem nós. Meu se tu quer conhecer nossa vida é lá fora também que tem que ir, onde agente frequenta os bailes de funk, lá na vila, nos pancadão. Vamos lá meu. Tem coragem?” Foi uma afirmação e um convite que nos desinstalou.

Percebemos daí que precisávamos reeducar nossa faculdade de olhar e escutar. Compreendemos que precisaríamos realizar uma abordagem da relação juventude e violência, tentando entendê-la. A experiência com estes sujeitos nos levou a estudar mais profundamente o problema social da violência juvenil. Nas várias leituras chegamos com a abordagem feita por Hanna Arendt sobre a violência. Compreendemos a necessidade de desvincular a relação violência com o poder. Esta perspectiva teórica nos ajudou a afirmar o poder como ato pedagógico e político e que a violência não pode instaurar estas dimensões.

A experiência de ter conhecido a pandilla The Latin King, por conta do estágio doutoral em Barcelona, permitiu-nos conhecimentos a respeito da “vida louca”. A vinculação ao excesso, a entrega total do corpo à causa do grupo, a falta de outras perspectivas, o viver sempre ao meio do perigo. Vida louca é assim a vida destes jovens em Chicago, Barcelona, San Salvador, Guaiaquil, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belém, São Leopoldo, Novo Hamburgo e tantos outros lugares. Meninos e meninas que nem vislumbram chegar aos trinta anos de idade e, quem sabe, por isso, experimentam a morte a cada momento. “Não tenho nada a perder” é expressão mais comum quando os perguntamos por que continuam nessa vida mesmo sendo perigosa. Não ter nada a perder significa que já se perdeu tudo e não há mais expectativa de se recuperar e ganhar nada. É o extremo da facticidade.

Referências

ABA. Código de *Ética* do Antropólogo. Gangues, galeras e quadrilhas – Globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. (Org.). **Galeras Cariocas**: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.

_____. **Sobre a violência**. 3 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

BOURGOIS, Philippe. Más Alla de uma Pornografía de la Violencia: lecciones desde El Salvador. In: FERRÁNDIZ, Francisco; FEIXA, Carles. **Jovenes sin Tregua**: culturas y políticas de la violencia. Barcelona: Anthropos, 2005.

BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANO, Francisca. **Pandillas Juveniles em El Salvador**. Barcelona: Antrophos, 2009.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

DEBARBIEUX, Éric. **Violência nas escolas: dez abordagens européia**. Brasília, DF: UNESCO, 2002.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da Cultura e da Violência: gangues, galeras e movimento hip hop**. São Paulo: Annablume, 1998.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era socialista. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2001.

GUIISO, Alfredo. **De la Practica Singular, al diálogo con lo Plural**. Aproximaciones a otros tránsitos y sentidos de la Sistematización en épocas de Jara, Oscar. 2000. Guadalajara: Ed. IMDEC, 1999.

HONNETH, Axel. **Luta pelo Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

JARA, Oscar Holiday. Sistematização das experiências: algumas apreciações. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa Participante: o saber da partilha**. Aparecida. São Paulo: Ideias et Letras, 2006.

JURIS, Jeffrey S. Violencia Represnetada y Imaginada: jovene activista, el Black Bloc y los medios de comunicación en Gênova. In: FERRÁNDIZ, Francisco; FEIXA, Carles. **Jovenes sin Tregua: culturas y políticas de la violência**. Barcelona: Anthropos, 2005.

MATTOS, Patrícia. **A Sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser**. São Paulo: Annablumme, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: teoria, método e**

criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

NOBRE, Marcos. "Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica". In: HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

OLIVEIRA, Carmem Silveira de. **Sobrevivendo no Inferno: a violência juvenil na contemporaneidade**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

REGUILLO, Rossana. La mara: contingencia y afiliación con el exceso. América Latina Hoy **Revista de Ciências Sociais**, Salamancal, v. 40, p. 70-84, ago. 2005.

SAAVEDRA, Giovani Agostini; SOTTKA, Emil Albert. Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, p. 09-18, jan. abr. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SHEPER-HUGHES. Quien es el Asesino? Justicia Popular y derechos humanos en um squattercampsudafricano. In: FERRÁNDIZ, Francisco; FEIXA, Carles. (Eds) **Jovenessin Tregua: culturas y políticas de la violencia**. Barcelona: Anthropos, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo; ATHAYDE, Celso; BILL, M. V. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

TOWELS, Barb; ZEHR, Howard. Maneiras de Conhecer para uma Visão Restaurativa do Mundo. In: SLAKMON, Catherine (Org.). **Novas Direções da Justiça e da Segurança**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2006.

VALLEJO, Fernando. **La Virgen de Los Sicários**. Mexico: Alfaguara, 2002.

WIEVIORKA, Michel. O Novo Paradigma da Violência. **Revista Sociologia**, v. 1, p. 5-41, maio 1997.

ZALUAR, Alba. Gangues, galeras e quadrilhas – Globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. (Org.). **Galeras Cariocas: territórios de conflitos**

e encontros culturais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. Pesquisando no Perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. **Mana 15**, v. 2, p. 557-584, 2009.

ZAPPE, Jana G.; DIAS, Ana Cristina G. **Delinquência Juvenil na Produção Científica Nacional**: distâncias entre achados científicos e intervenções concretas. Santa Cruz do Sul: Barbaroi, 2010.